

**História Indígena e(m) Microfilmes: organização,
trato documental e comunicação científica a partir
do acervo do SPI (fundo: 2^a Inspeção Regional)**

**Indigenous History and/in Microfilms: organization, document
management and scientific communication from the SPI collection
(fund: 2nd Regional Inspectorate)**

*Benedito Emílio da Silva Ribeiro*¹

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Museu Paraense Emílio Goeldi. Historiador, graduado pela UFPA/Campus de Bragança. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (UFPA) e do Grupo de Pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia (MPEG). E-mail: emiliosilvaribeiro20@gmail.com

RESUMO

O artigo aborda as ações técnicas e de pesquisa, ensino e extensão em torno da documentação microfilmada do acervo do Serviço de Proteção aos Índios, relativa ao fundo arquivístico da 2ª Inspeção Regional. Busca refletir sobre a importância deste arquivo na tessitura do campo (inter)disciplinar da História Indígena no Brasil, aliado aos saberes, narrativas e regimes de historicidade indígena. Objetiva evidenciar as agências indígenas na Amazônia, ao longo do século XX, a partir deste *corpus* documental. E, com isso, contribuir na construção colaborativa da ciência histórica, ao passo que insira os povos indígenas, de fato, como sujeitos produtores de conhecimento.

Palavras-chave: História da Amazônia. Povos indígenas. Serviço de Proteção aos Índios. Conflitos. Reexistências.

ABSTRACT

The article addresses the technical and research, teaching and extension actions surrounding the microfilmed documentation of the collection of the Indians Protection Service, related to the archival fund of the 2nd Regional Inspectorate. It seeks to reflect on the importance of this archive in the weaving of the (inter)disciplinary field of Indigenous History in Brazil, combined with the knowledge, narratives and regimes of indigenous historicity. It aims to highlight the indigenous agencies of the Amazon, throughout the 20th century, based on this documentary corpus. And, with that, contribute to the collaborative construction of historical science, while inserting indigenous peoples, in fact, as subjects that produce knowledge.

Keywords: History of the Amazon. Indigenous peoples. Indians Protection Service. Conflicts. Re-existences.

1 Arquivos, memórias e histórias indígenas: notas introdutórias

Os arquivos constituem importantes espaços de história e memória, reconhecidos como meios para o entendimento sociocultural do passado, e presente, de um lugar. A documentação existente nos acervos arquivísticos adquire camadas ao passo que é apropriada pela sociedade, apresentando teor de prova, teor jurídico, teor de lembrança institucional, teor científico e, sobretudo, teor de conhecimento social para promoção de direitos fundamentais e exercício da cidadania. Por conta destes aspectos, os arquivos passam a constituir patrimônio cultural, com políticas de incentivo para preservação, salvaguarda e comunicação de suas coleções documentais.

Como registros de seu tempo, os documentos arquivísticos guardam informações e memórias de indivíduos e grupos sociais de outra(s) época(s), testemunhos que revelam experiências, percepções e sociabilidades. Porém, estes não são unívocos, muito menos imparciais. Apresentam vozes destoantes, omissões e narrativas seletivas que, paradoxalmente, reverberam conflitos e posicionamentos discordantes, e conferem complexidade às nossas interpretações históricas, e antropológicas, sobre os meandros do passado.

Assim, enfatiza Luciana Heymann (2013), tem-se discutido amplamente nos últimos anos o potencial etnográfico dos arquivos, enquanto espaços onde residem múltiplas realidades que desvelam (des)encontros, disputas e violências entre sujeitos, culturas e saberes no âmbito das relações e experiências sociais estabelecidas no passado e “preservadas” nos registros documentais. Segundo aponta Ann Laura Stoler (2018, p. 210), observando essas questões em suas pesquisas antropológicas com os arquivos do colonialismo holandês:

Várias são as maneiras de encarar o tipo de desafio que tenho em mente, mas uma delas parece óbvia: ocupados como estiveram os estudiosos da cultura em tratar as etnografias como textos, apenas agora estamos refletindo criticamente sobre a produção de documentos e como decidimos utilizá-los; sobre os arquivos não como lugares de recuperação da informação, e sim de produção de informação, como monumentos do Estado e também como lócus da etnografia estatal. Não se trata de rejeitar os arquivos coloniais enquanto fontes do passado, mas de afirmar um compromisso maior de trata-los como artefatos culturais de produção de fatos e taxonomias que criaram distintas noções do que constituiu a autoridade colonial.

Essa perspectiva ajuda a desnaturalizar os arquivos, o acúmulo orgânico de documentos e seu mero caráter comprobatório, problematizando as intenções contidas tanto no (con)texto documental quanto na própria prática arquivística. Isso nos permite repensar a natureza dos arquivos e coleções culturais de ordem documental, e suas políticas de memória, enxergando outros aspectos do passado ocultados ou inscritos de forma subterrânea na documentação. Nesse sentido, este trabalho busca refletir sobre estes aspectos a partir das experiências com a documentação microfilmada que compõe o acervo do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), relativa ao fundo arquivístico da 2ª Inspeção Regional (2ª IR).

Criado em 1910, o SPI foi o primeiro órgão estatal responsável por aplicar as diretrizes da política indigenista entre os diversos povos indígenas em território nacional. Atuou até 1967, quando foi extinto e substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Ao longo desses 57 anos, realizando o trabalho de contatar e gerenciar aqueles grupos, produziu vasta documentação: relatórios, telegramas, ofícios e memorandos, mapas, fotografias etc. Para além dos discursos oficiais, enviados pela subjetividade dos agentes estatais, estas fontes possibilitam observar múltiplas dinâmicas construídas pelos indígenas a

partir do contato com o Outro/Estado, que desqualificava seus saberes e culturas.

Essas vozes indígenas irrompem do silêncio e trazem à tona os meandros de conflitos, interdições, negociações e reexistências de diferentes povos ao longo do século XX. Além disso, como exemplifica Rodrigo Saboia de Mello (2014), o acervo do SPI possui um relevante papel social na efetivação da política indigenista pós-Constituição de 1988, especialmente no que tange à discussão jurídica de títulos fundiários, à demarcação e regulamentação de Terras Indígenas e à visibilidade aos povos considerados “aculturados”, ou “desaparecidos”, os quais atualmente reivindicam o reconhecimento de suas identidades étnicas, territórios tradicionais e expressões culturais e etnopolíticas.

Logo, o artigo objetiva apresentar os atuais esforços em dar visibilidade a este *corpus* documental, através de alguns projetos e atividades desenvolvidos pela equipe de trabalho vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (GEIPAM). Logo, busca-se refletir sobre a importância do arquivo do SPI na tessitura do campo (inter)disciplinar da História Indígena no Brasil, aliado aos saberes, narrativas e regimes de historicidade indígenas que evidenciam suas agências e reexistências ao longo do século XX. E, através disso, contribuir na construção colaborativa de nossa História, ao passo que insira os indígenas, de fato, como sujeitos históricos produtores de conhecimento.

Para tanto, o artigo divide-se em três seções. Na primeira, discutimos questões sobre o campo da História Indígena, de modo a situar o leitor nos debates mais amplos que impulsionam este trabalho. Na segunda seção, apresentamos o processo de aquisição e as atividades com o acervo do SPI: os esforços para organizar e sistematizar a documentação, as ações de pesquisa, ensino e extensão, e as possibilidades de comunicação científica do mesmo. E na

terceira seção, optamos por trazer algumas reflexões sobre ações colaborativas junto aos povos indígenas, de modo que estes apropriem-se da documentação do SPI ao passo que a articulem com os saberes e memórias dos mais velhos.

2 Qual o lugar dos indígenas na História? Algumas reflexões iniciais

Os povos indígenas são importantes agentes sociais, com um vasto e sofisticado arcabouço de técnicas e saberes. Com eles, de forma colaborativa, muitos pesquisadores têm desenvolvido trabalhos científicos que promovem mudanças nas tendências epistemológicas da ciência ocidentalizada. Além disso, os indígenas têm se apropriado dessa produção de conhecimento, ao passo que ingressam nas universidades (em curso de graduação ou pós-graduação, ou como professores universitários). Assim, moldam constantemente suas histórias.

Porém, até pouco tempo atrás, os povos indígenas eram encarados como atrasados e incapazes, servindo apenas como objetos de estudos. Eram “povos na infância”, como sentenciava Varnhagen (CUNHA, 1992), destituídos de história e fadados a integração na sociedade nacional, existindo somente em seu, e para seu, presente. Logo, o tipo de investigação a ser realizado não era histórico, e sim etnográfico, cabendo a tarefa aos antropólogos. Criava-se uma linha divisória: a História oficial da nação, expertise dos historiadores, que poderiam incluir o índio como elemento racial e cultural na formação do “povo” brasileiro e sua identidade; a “história” indígena propriamente dita, coisa de antropólogo.

Essa visão enrijecida, que desqualificava os povos indígenas e suas experiências históricas, foi desconstruída processualmente durante o século XX. Mais especificamente a partir da década de 1970, com seu assíduo agenciamento durante a fase mais repressiva da Ditadura Militar; bem como

durante o contexto de abertura política e da Constituinte, já nos anos 80. Já na década de 1990, em meio aos 500 anos de “descobrimento” das Américas, novos debates² pautavam a necessidade em repensar a aparente passividade e submissão indígena, e/ou afrodiáspórica, refletindo e problematizando a conquista, colonização e dominação exercida sobre esses agentes no passado.

Essas discussões e a forte presença dos indígenas em vários espaços sociais, que contrariava as projeções negativas de iminente desaparecimento, incitaram um processo de reorientação e renovação teórico-metodológica nos estudos sobre estes povos no campo da História, enquanto se aproximava da Antropologia (CUNHA, 2017). Assim, os historiadores começavam a direcionar seus olhares para a emergente “História dos índios”, em virtude desses movimentos que reverberavam na cena política e acadêmica, nacional e internacional. Contudo, via-se ainda a necessidade em derrubar certas barreiras que emperravam a interpretação histórica das agências e legados indígenas.

A resistência sobre a temática ainda se mantia entre os historiadores, que continuavam tratando a História Indígena como marginal. Sua tarefa analítica continuava ao encargo dos antropólogos, mais familiarizados com as pesquisas de ordem sincrônica e com o trato junto aos povos indígenas.

De fato, o interesse pela história dos índios se choca com posturas historiográficas arraigadas desde longa data, que desqualificam os índios enquanto atores históricos legítimos ou, quando muito, os deslocam para um passado remoto. É sempre

² Dentre os debates que emergiram nesse contexto, elencamos as dimensões dadas: às políticas indígenas e formas de agenciamento e interpretação da história em seus próprios termos (CUNHA, 1992; KRENAK, 1999); às redes indígenas e seus processos de interação/inserção aos meandros do trabalho nos espaços coloniais, sobretudo quanto a escravização e oferta de mão de obra (FARAGE, 1991; MONTEIRO, 1994); à historicização do conceito de cultura e as dinâmicas ameríndias no processo de formação de identidades coletivas “genéricas” – por exemplo, o “índio colonial” (ALMEIDA, 2013). E ainda, à própria revisão de argumentos em torno da “mistura” e do caráter engessado da etnicidade, assinalando os processos de continuidade-descontinuidade e as conexões históricas entre identidades e territórios étnicos (OLIVEIRA, 2004).

complicado para um professor de história explicar a persistência de grupos indígenas no Brasil de hoje, quando a historiografia os obliterou nos tempos coloniais: daí vem a ideia nociva e preconceituosa de que os índios são hoje apenas os pobres remanescentes daqueles que tiveram um lugar, embora incômodo, na história do país (MONTEIRO, 1999, p. 239).

Como aponta John Monteiro, as implicações eurocentradas arraigadas no pensamento social brasileiro, que esboçavam rumos embranquecidos e elitizados para as interpretações de nossa realidade histórica, permaneciam influenciando as correntes historiográficas. Atualizava-se, deste modo, a clássica divisão: o indígena era sujeito, e objeto, exclusivo dos estudos antropológicos, enquanto à História caberia analisar os demais segmentos da sociedade brasileira.

Apesar desses desafios, a obstinação de pesquisadores empenhados com a causa indígena, e em (re)inserir os índios na História, possibilitou o desenvolvimento de estudos pioneiros que serviram como uma base sólida para as novas gerações de historiadores. E as interseções teórico-metodológicas entre distintas áreas (História, Antropologia, Direito, Biologia, Museologia etc.) fomentaram a construção de um campo transdisciplinar que passou a se consolidar, sobretudo, em grupos de pesquisa e programas de pós-graduação. De forma complementar, o ingresso de indígenas nos meios acadêmicos também contribuiu para importantes renovações epistemológicas, com o direcionamento para novos problemas e fenômenos e a formulação e incorporação de outros paradigmas, ampliando, desta forma, os respectivos itinerários de pesquisa.

E mais recentemente, a implementação da Lei n.º 11.645/2008 tem possibilitado importantes mudanças sociais, ao passo que instituiu as diretrizes curriculares para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica e nas Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas. Sua

obrigatoriedade colaborou para inserir novos conteúdos nos currículos escolares, bem como nos Projetos Pedagógicos de Cursos das graduações em licenciatura, que deram visibilidade histórica aos sujeitos inferiorizados na historiografia brasileira. No que tange especificamente os povos indígenas:

A efetivação da Lei 11.645 possibilitará estudar, conhecer e compreender a temática indígena. Superar desinformações, equívocos e a ignorância que resultam em estereótipos e preconceitos sobre os povos indígenas, reconhecendo, respeitando e apoiando os povos indígenas nas reivindicações, conquistas e garantias de seus direitos e em suas diversas expressões socioculturais (SILVA, 2012, p. 220).

Por meio da Lei, foi possível reconhecer e respeitar a sociodiversidade indígena e seus direitos às diferenças étnicas e culturais, repensando e problematizando os discursos que negavam, mascaravam e inferiorizavam essa diversidade. Isso ajudou a reforçar o comprometimento social, político e acadêmico-científico em (re)contar a História do Brasil sobre outros vieses analíticos, suscitando mudanças significativas nas interpretações da sociedade sobre o nosso passado e dimensionando a diversidade sociocultural, que está no cerne dos distintos processos de formação histórica deste país. Todavia, novos desafios e problemáticas são colocados para nós, pesquisadores, nesse processo árduo de construção colaborativa da ciência junto aos povos indígenas.

Hoje, talvez, o mais central no campo da História seja a desconstrução de um novo lugar-comum entre os historiadores e partes da comunidade acadêmica. No esforço inicial em introduzir os indígenas como sujeitos nos processos históricos, a grande maioria das pesquisas canônicas sobre História Indígena voltaram-se para o período colonial – vide Monteiro (1994), Almeida (2013) e Farage (1991), entre outros. Elas buscaram (re)interpretar a conquista e os processos de colonização a partir dos interesses dos próprios indígenas em

face do contato com o europeu. Assim, a História Indígena focada no período colonial lançou uma base analítica importante, consagrando-se na historiografia nacional e tornando-se um eixo frutífero nas investigações históricas desde então.

Na ânsia por transformar a visão histórica legada aos povos indígenas, e preencher as lacunas do protagonismo dos mesmos, porém, as gerações subsequentes de historiadores criaram um novo lugar-comum da História Indígena, o qual acabava por reforçar, ao nosso ver, o senso comum. Mais uma vez os “índios” eram vistos como povos no passado, atrelados ao contexto colonial, desaparecendo das narrativas históricas no pós-Independência para ressurgirem no presente, reivindicando seu lugar na História e seus direitos.

É sobre essa visão que muitos políticos, latifundiários, empresário etc., justificam as violências, o esbulho territorial e os demais atos hediondos sobre os povos indígenas, suas terras demarcadas e os recursos naturais que dispõem na atualidade. E é esta mesma visão que buscamos desconstruir e problematizar:

Portanto, o maior desafio que o historiador dos índios enfrenta não é a simples tarefa de preencher um vazio na historiografia mas, antes, a necessidade de desconstruir as imagens e os pressupostos que se tornaram lugar-comum nas representações do passado brasileiro (MONTEIRO, 1999, p. 239).

Ou seja, não é simplesmente fazer uma História dos índios ou inserir os índios na História, buscando preencher esses vazios historiográficos. Nosso esforço acadêmico vai muito além desta dicotomia analítica que se mantém como forte tendência na produção científica e nos entendimentos do que seria História Indígena. Trata-se de uma construção que também inverta o papel dos indígenas nas hierarquias da ciência e os encare como sujeitos produtores de conhecimento histórico, capazes de interpretar e contar seu próprio passado.

Isso efetua mudanças significativas, como enfatiza Morgan Ndlovu (2017, p. 140-141):

De um modo geral, é crucial para o sujeito oprimido pensar sobre a ideia de saberes indígenas a partir da posição de sua experiência histórico-social; mas este processo exige uma “virada decolonial” das formas eurocêntricas de imaginar, ver e conhecer o mundo em que vivemos. A virada decolonial, no entanto, requer uma mudança na biografia e na geografia da razão por parte do sujeito, cuja localização epistêmica se opõe à sua experiência sócio-histórica. Este ponto de vista baseia-se no entendimento de que o processo de se distanciar das formas coloniais de conhecer e imaginar o mundo levará o sujeito dominado do sistema-mundo a pensar “da” posição subalterna “com” o subalterno em vez de “sobre” e “para” o subalterno.

Portanto, é um esforço que descoloniza o papel disciplinar (e eurocêntrico) da História e reposiciona sua práxis científica em patamares menos hierárquicos e mais horizontalizados, esfacelando as *linhas abissais* (SANTOS, 2009) que criam centros e periferias e tentam legitimar tipos de saber/poder sobre outros.

3 (Re)Conhecendo o acervo do SPI: experiências de pesquisa, organização arquivística e comunicação científica

Neste entendimento, a História Indígena voltada para o contexto do século XX se apresenta como importante e renovada linha temática neste campo de estudos e debates. Como explicitado por Lima (1995, p. 298): “há, aqui, uma história por ser escrita, seja para o passado mais tardio, que se deve ter a coragem de desnaturalizar, seja para os anos mais recentes para os quais tem, também, o papel de denúncia”. Ou seja, a construção da política indigenista republicana e sua aplicabilidade entre os indígenas guardam um rol de

experiências e situações de contato que nos auxilia a entender retóricas e imagens estatizadas sobre esses povos, suas identidades, culturas e territórios.

Conseguimos, assim, circunstanciar e compreender construções políticas e ideológicas, ações indigenistas e processos de mediação e tradução em torno desse “outro” (o indígena), o qual se buscava moldar e integrar a comunhão nacional. E ao estabelecer pontes de diálogo entre os povos indígenas e os acervos documentais, podemos inferir conjuntamente sobre aquela conjuntura histórica, confrontando registros oficiais e seus discursos, preenchendo lacunas e oferecendo gatilhos que (re)ativam a memória daqueles que vivenciaram o período, trazendo à tona os sentidos próprios da história entre eles.

Em vista disto, observamos a riqueza e o potencial do acervo do Serviço de Proteção aos Índios neste exercício de repensar essas construções sobre o passado e sobre a História Indígena no Brasil, e sobretudo na Amazônia. Nossa atenção ao SPI também foi potencializada após contatos e experiências etnográficas realizadas com os Tenetehar-Tembé da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG)³, em 2016, incentivados pela Dr.^a Vanderlúcia da Silva Ponte, então professora recém-contratada da Universidade Federal do Pará (UFPA), lotada na Faculdade de História (FAHIST) do Campus de Bragança.

Respectivamente, a pesquisadora foi contatada pelo então Coordenador Regional da FUNAI em Belém-PA, o senhor Juscelino Arlindo do Carmo Bessa, que demandou apoio técnico da UFPA no trato da documentação histórica existente na Coordenação, sobretudo a relativa ao SPI. Em meio as incertezas do governo de Michel Temer (2016-2018) e com poucos recursos na FUNAI, além do processo de aposentadoria da bibliotecária Consuelo Monteiro Sales, a

³ Localizada no nordeste do estado do Pará, entre os rios Guamá e Gurupi, a Terra Indígena Alto Rio Guamá foi criada ainda nos tempos do SPI, como uma “reserva” em 1945. Originalmente, deveria alocar os Tenetehar-Tembé e outros grupos dessa região de fronteira entre Pará e Maranhão, como os Ka’apor, Awá-Gujá e Timbira. Atualmente é habitada principalmente pelos Tembé e alguns Ka’apor e Timbira nas aldeias próximas ao Gurupi. Ver: RIBEIRO, 2019.

demanda buscava evitar um eventual descaso com esse patrimônio documental.

Sensibilizados com a situação, e incentivados pela direção da Faculdade de História, iniciamos o processo de formalização institucional dos trabalhos que seriam desenvolvidos com o acervo do SPI. Assim, em 2017, foi firmado um Convênio de Cooperação Técnica entre a UFPA e a FUNAI, cuja assinatura ocorreu durante as atividades da *I Semana Nacional de Arquivos* em Bragança-PA, em 07 de junho, no Salão do Júri do Fórum de Bragança.

Neste ato simbólico, estiveram presentes: a Dr.^a Vanderlúcia Ponte, responsável institucional da FAHIST no Convênio firmado; o Pró-Reitor de Extensão, Dr. Nelson José de Souza Júnior, representando o Magnífico Reitor da UFPA, Dr. Emmanuel Zagury Tourinho; e o cacique da aldeia Ytwaçu do povo Tenetehar-Tembé, Piná Tembé, que representou a FUNAI no lugar de Juscelino Bessa, que não conseguiu fazer-se presente. Além de representar a FUNAI, Piná também demonstrava a autonomia dos povos indígenas em sua autogestão e de seu patrimônio cultural, aqui simbolizado pelo acervo do SPI.

Na ocasião, a FUNAI disponibilizou uma cópia digital de seu acervo microfilmado à FAHIST, alocada em computadores nas dependências de seu Laboratório de História e Patrimônio Cultural na Amazônia (LABHIST):

[...] para que seja analisado, catalogado e disponibilizado o acesso da mesma, garantindo a manutenção da memória social às gerações futuras, além da realização de pesquisas científicas na construção do conhecimento da história das relações sociais e culturais da Amazônia (BRASIL. *Diário Oficial da União*, 14/09/2017, sessão 3, p. 67).

O Museu do Índio/FUNAI, através do Núcleo de Biblioteca e Arquivo (NUBARQ) e do Serviço de Referências Documentais (SERED), possui a guarda do material físico do SPI em sua sede, na cidade do Rio de Janeiro, juntamente a outros conjuntos documentais que formam os atuais fundos arquivísticos de

seu acervo: do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, da Fundação Brasil Central e da Comissão Rondon. O mesmo mantém ainda cópias microfilmadas dessas documentações históricas, visando facilitar o acesso e consulta dos pesquisadores e assegurar a preservação arquivística, de acordo com os planos de gestão documental da instituição (MARTINS; INDOLF, 2017).

Até 1976, no entanto, a documentação do SPI encontrava-se espalhada nas diversas subunidades regionais da FUNAI, conforme aponta Rodrigo Saboia de Mello (2014, p. 79). Ela foi recolhida e acondicionada, à época, no recém-criado Centro de Documentação Etnológica (CDE) do Museu do Índio, precursor do NUBARQ e do SERED, o qual foi idealizado pelo antropólogo Carlos de Araujo Moreira Neto, também seu primeiro coordenador.

Para remediar o virtual descaso, indiferença e abandono dos arquivos históricos pelas agências da FUNAI, Moreira Neto propôs a implantação do CDE como estratégia para realizar “a salvaguarda, o controle e a organização de toda e qualquer documentação, particularmente a de interesse etnológico e indigenista, existente no âmbito da FUNAI” (MOREIRA NETO, 1979, p. 13). Além disso, a criação do CDE também estava espraiada no sentido prático e imediatista da atuação indigenista, servindo como subsídio técnico às ações da FUNAI junto aos povos indígenas brasileiros, fornecendo informações históricas que auxiliassem nas decisões jurídicas e institucionais. Assim, temos as origens da documentação arquivística do SPI existente no Museu do Índio.

Sobre o acervo cedido pela FUNAI à FAHIST/UFPA, este corresponde ao *corpus* documental produzido e acumulado durante os anos de ação dos postos e ajudâncias da 2ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios, que foi remetido da então Delegacia Regional da FUNAI no Pará, situada em Belém, ao CDE a partir de 1975. Nesse processo de busca e recuperação em Belém, Moreira Neto (1979, p. 13) pontuou que: “no Pará foi recolhida documentação volumosa e bem conservada; os documentos mais antigos, no entanto, não

antecediam a 1938, tendo-se perdido todo o acervo anterior”. Já no CDE, a documentação recolhida foi recontextualizada, agregando documentos avulsos que estavam em outras Inspetorias e arquivos para formar o atual acervo da 2ª IR do SPI.

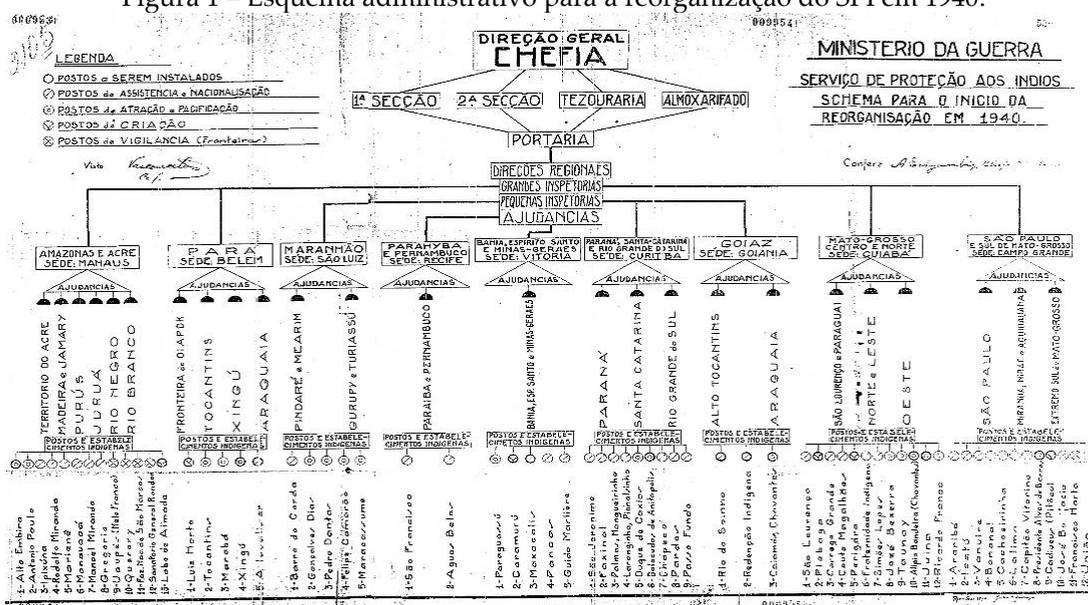
A cópia digital que está sob nossa guarda, no LABHIST, perfaz um total de 124.511 documentos microfilmados, distribuídos em 62 pastas, com um tamanho em disco de 14,3 GB. A mesma está depositada em 2 computadores de mesa e 1 notebook, além de cópia de segurança em HD's externos. Para a realização do trabalho técnico-científico com este grande volume documental, uma equipe foi formada por alunos do curso de Licenciatura em História então vinculados ao GEIPAM, grupo de pesquisa ligado à FAHIST.

A metodologia inicialmente empregada no trabalho técnico pautou-se no reconhecimento da documentação e das diretrizes políticas e ideológicas do SPI. Assim, realizamos sessões de estudo em torno da obra de Antonio Carlos de Souza Lima (1995) e da coletânea organizada por Carlos Augusto da Rocha Freire (2011). Concomitantemente, começamos a catalogação e sistematização do acervo no LABHIST, classificando e relacionando o material de acordo com as seguintes categorias temáticas: i) Território; ii) Migração; iii) Conflitos; iv) Políticas internas e externas; v) Identidade/Resistência; vi) Saúde; vii) Educação.

Depois de alguns meses de atividade, durante uma das reuniões de avaliação, identificamos algumas complicações. Com as orientações da Prof.^a M.Sc. Magda Costa, que se especializou em Arquivologia por conta da coordenação do Projeto “Preservação Documental e Organização dos Arquivos Históricos das Comarcas de Bragança e de Ourém no Nordeste do Pará”, entendemos as fragilidades de nossa abordagem. A mesma se dispôs a ofertar uma oficina de formação, em janeiro de 2018, onde percebemos que precisávamos identificar e compreender a estrutura organizacional do SPI. Assim, voltamo-nos aos estudos e leitura da própria documentação já tratada.

Com isso, conseguimos entender que a 2ª IR foi estruturada em 1910, quando da criação do SPI, inicialmente como Inspeção do Pará, tendo sua sede em Belém, capital do estado. Com poucos postos sob sua jurisdição, a mesma foi fundida a Inspeção do Maranhão em 1915. Já no projeto de Regulamento do SPI de 1935, vemos a referência à Inspeção do Pará, distinta a do Maranhão (SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Regulamento Interno*, 1935. Microfilme 380, Fotogramas 353-383). Entre 1934 e 1939, a 2ª IR teria um crescimento importante, com novos postos criados, como se observa na figura abaixo:

Figura 1 – Esquema administrativo para a reorganização do SPI em 1940.



Fonte: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Ofício Circular n.º 259*, 11 de novembro de 1939. Microfilme 86, fotogramas 962-965.

Em esse período após 1940, quando da passagem do SPI para o Ministério da Agricultura, a 2ª IR experimentou uma expansão com a criação de novas unidades locais, além de acabar incorporando os postos da Ajudância do Gurupi e Turiaçu (Pedro Dantas, Felipe Camarão e Maracassumé), até então vinculados a Inspeção do Maranhão. Assim, conseguimos entender como a 2ª Inspeção Regional passou a ter sob sua jurisdição distintos povos indígenas, como podemos ver no quadro 1, os quais localizam-se hoje nos estados do Pará,

Maranhão, Mato Grosso, Amazonas e Amapá, além da Guiana Francesa e Suriname. Isso nos revela a grande diversidade sociocultural na região amazônica, a qual pode ser apreendida por meio dessa documentação histórica.

Quadro 1 – Postos e povos indígenas da 2ª Inspeção Regional.

Postos indígenas	Localização	Povos assistidos
Posto Indígena de Tratamento Tembê	Município de Ourém, rio Guamá	Tenetehtar-Tembê
Posto Indígena de Atração Pedro Dantas	Município de Vizeu, rio Gurupi	Tenetehtar-Tembê, Ka'apor, Timbira e Awá-Guajá
Posto Indígena de Atração Felipe Camarão	Município de Carutapera, rio Gurupi	Tenetehtar-Tembê e Timbira
Posto Indígena de Atração Maracassumé	Rio Maracassumé	Ka'apor
Posto Indígena de Atração Gorotire	Município de Altamira, rio Fresco (Xingu)	Mebêngôkre-Kayapó (Gorotire e Xikrin)
Posto Indígena de Atração Nilo Peçanha	Município de Altamira, rio Fresco (Xingu)	Mebêngôkre-Kayapó (Kuben-Krân-Krên)
Posto Indígena de Atração Kôkramôro	Município de São Felix do Xingu, rio Xingu	Mebêngôkre-Kayapó (Kôkramôro)
Posto Indígena de Atração Francisco Meirelles	Rio Bacajá, Xingu	Mebêngôkre-Kayapó (Xikrin)
Posto Indígena de Atração Juscelino Kubitschek	Alto rio Iri	Mebêngôkre-Kayapó (Mekrãgnoti)
Posto Indígena de Atração Las Casas	Município de Conceição do Araguaia	Mebêngôkre-Kayapó
Posto Indígena de Nacionalização Uaçá	Município de Oiapoque, Território Federal do Amapá	Galibi-Marworno, Palikur e Karipuna
Posto Indígena de Fronteira Luiz Horta	Município de Oiapoque, Território Federal do Amapá	Teko, Wayãpi e Wayana
Posto Indígena de Atração Munduruku	Município de Itaituba, rio Cururu	Munduruku
Posto Indígena de Atração Kaiabi	Município de Itaituba, rio Teles Pires (ato Tapajós)	Kaiabi
Posto Indígena de Atração Pucuruí	Município de Tucuruí, Estrada de Ferro Tocantins	Parakanã
Posto Indígena de Atração Trocorá	Município de Tucuruí, rio Tocantins	Asuriní
Posto Indígena de Atração Gavião	Município de Tucuruí, montanha – rio Tocantins	Akrãtikatêjê, Parkatêjê e Kyikatêjê

Fonte: SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Memorando n.º 87 – Relação dos postos indígenas sobre a jurisdição da 2ª Inspeção Regional do Pará*, 17 de novembro de 1958. Microfilme 132, fotogramas 582, 584 e 586; SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. *Ofício n.º 17, Relatório (encaminha)*, 31 de dezembro de 1965. Microfilme 150, fotogramas 120-129.

Após mapear esta estrutura institucional, e definir a organização das séries e subséries arquivísticas, prosseguimos com a catalogação do acervo da 2ª IR. Também passamos a seguir algumas considerações metodológicas para o

trato técnico destas fontes primárias de informação, como as apontadas por Carlos Montes Perez et al. (2013, p. 52): “seleção e exame de microfilmes, leitura, análise e fichamento dos documentos”, seguida da “descrição pormenorizada, redação e ordenação cronológica dos registros documentais”.

Desta maneira, esperamos finalizar as etapas e oferecer, como resultado prático do trabalho técnico, um instrumento analítico de consulta que dê subsídios aos futuros pesquisadores, indígenas e não indígenas, que se voltarem para esta documentação histórica, bem como aos professores que optarem por utilizar essas fontes em sala de aula. Nisso, o acervo do SPI pode ser tratado ainda enquanto “território indígena” múltiplo, ao passo que demarca a presença indígena no tempo e territorializa contextos históricos e socioculturais diversos, de acordo com as colocações de Ana Paula Silva (2017, p. 42, grifos da autora):

[...] arquivo como *território indígena* é um importante recurso metodológico no “trabalho de campo” em acervos de instituições ou pessoais, pois se para os antropólogos os arquivos são campos, para os historiadores eles podem ser *territórios indígenas* enriquecedores, fundamentais para analisar, entre outros aspectos, o movimento dos índios na História como protagonistas que foram e são.

No trabalho árduo de organização desse acervo/território indígena, algumas informações históricas levantadas originaram importantes projetos de pesquisa dos alunos envolvidos. Destes, duas monografias se projetam: a primeira, sobre o território-territorialidade Tembé e os processos de criação de uma “reserva” para este povo (RIBEIRO, 2019); e a segunda, voltada para questões sobre corpo/saúde/doença entre os Tembé e as implicações médico-sanitárias nos postos do SPI (COSTA, 2020). Arrolamos estas monografias como relevantes para a comunicação científica do acervo, somadas a outros artigos

recentemente publicados em periódicos (COSTA; PONTE, 2020; RIBEIRO, 2020).

Outro aspecto da comunicação do acervo, previsto nos planos de trabalhos da equipe, está relacionado à socialização de resultados preliminares em eventos acadêmicos, sobretudo aqueles organizados pela FAHIST: a *II Semana Nacional de Arquivos – História, Memória, Patrimônio e Arquivos em Bragança-PA*, em 2018, e a *III Semana Nacional de Arquivos – Direitos Humanos e(m) Arquivos: memórias, patrimônio cultural e histórias locais*, em 2019. Foram feitas comunicações orais pelos alunos e também montadas exposições públicas nos espaços comuns.

Além desses eventos realizados nas dependências da UFPA/Campus de Bragança, alguns alunos participaram de outros congressos e seminários como: i) o *II Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos*, que ocorreu em Belém (2017); ii) o *3º Congresso Internacional Povos Indígenas da América Latina*, que ocorreu em Brasília (2019); iii) o *30º Simpósio Nacional de História*, que ocorreu em Recife (2019). Na oportunidade, puderam apresentar as possibilidades e perspectivas de pesquisa e ensino através do acervo do SPI, e receber críticas e contribuições pontuais de professores, colegas e outros pares.

Em 2020, por conta da atual pandemia, a *IV Semana Nacional de Arquivos – Arquivos do Pará: Reescritas da História* precisou ocorrer em formato on-line. Uma sala virtual foi proposta para uma exposição do acervo, intitulada “Reexistências, agências e conflitos entre os agentes do SPI e os Povos Indígenas na 2ª Inspeção Regional do Pará e Amapá”. Para a atividade virtual, selecionamos documentos e produzimos um resumo conciso (escrito e em áudio) sobre o mesmo e seu contexto. Esta experiência nos permitiu refletir sobre os modos de comunicar e socializar o acervo do SPI e as ações técnico-científicas desenvolvidas.

Conforme Jimena Beltrão (2010), a comunicação científica demanda estratégias e alternativas criativas para tornar o conhecimento acessível e ao mesmo tempo compreensível aos diferentes públicos, especializados ou não. Nesse processo de compartilhamento e publicização do conhecimento científico, a sociedade ratifica o amplo papel da ciência e seus impactos na vida diária e no desenvolvimento das políticas públicas. Espera-se, assim, que o conhecimento científico se converta em senso comum (SANTOS, 2008) e possa auxiliar na transformação de tradições e paradigmas e na ruptura com hierarquias obsoletas, potencializando novas (ou outras) racionalidades.

Nessas aproximações com a sociedade, e os povos indígenas, a partir da comunicação científica e das ações de pesquisa/ensino/extensão, almeja-se que o acervo do SPI seja reconhecido como bem científico e cultural coletivo, e importante instrumento no exercício da cidadania e na construção democrática.

4 Possibilidades colaborativas com povos indígenas: para repensar arquivos, coleções culturais e a ciência (História)

Segundo assinalou Manuela Carneiro da Cunha (2017, p. 134), as histórias críticas sobre o SPI e a FUNAI, grandes órgãos indigenistas do Estado brasileiro no século XX, ainda estão por ser escritas. Porém, não de forma unilateral, apenas através da análise documental em si; mas em colaboração aos povos indígenas, que auxiliam a desmistificar a ação indigenista e as práticas de proteção oficial, envoltas em assimilação e violências. E, nessas análises conjuntas, dão maior e mais profundo sentido às suas resistências, reexistências e exercícios sociopolíticos de mediação e apropriação dos discursos e práticas tutelares.

Temos, portanto, um campo de possibilidades demasiado amplo, com histórias e experiências locais por ser melhor dimensionadas e escritas nesse

diálogo entre as fontes do SPI e os saberes, memórias e narrativas indígenas. Isto possibilitará (re)compor o mosaico de diversidades na Amazônia do século XX, reavaliando as ideias de *poder tutelar*, *aculturação*, *transitoriedade étnica*, *indianidade*, “*reservas*” indígenas etc., e estabelecendo os marcos “nativos” desse período.

Neste bojo, o principal enfoque teórico-metodológico que vem sendo seguido concilia pesquisas histórico-documentais com o acervo do SPI e críticas antropológicas e etnográficas produzidas através de trabalhos em campo. Elaboraram-se, assim, textos interdisciplinares e polifônicos que inter cruzaram dados históricos levantados em fontes documentais e narrativas orais. Isso é observável em artigos que compõem a obra organizada por Carlos da Rocha Freire (2011) e nos escritos de Benedito Emílio Ribeiro (2019; 2020), Ana Victoria Costa (2020) e Ana Victoria Costa e Vanderlúcia Ponte (2020), entre outros.

Esses esforços analíticos têm possibilitado dimensionar a documentação do SPI conjuntamente a essas outras formas, vistas como “periféricas”, de compreensão histórica, próprias dos povos indígenas. Porém, ainda apresentam limites pontuais, sobretudo por serem os autores/pesquisadores aqueles quem realizam as interpretações sobre os materiais levantados, sem um envolvimento direto dos indígenas na reflexão sobre os documentos, por exemplo.

Buscando outras abordagens possíveis, Carlos Eduardo Boa e Natalia de Oliveira de Lima (2017) propõem metodologicamente a interculturalidade como práxis mediadora entre uma lógica histórica Thompsoniana e a Decolonialidade. Nesse diálogo intercultural, segundo eles, as *experiências epistêmicas* “outras” evidenciam a diferença colonial, historicamente construída, e a reposicionam a partir de uma *gnose liminar*, contribuindo em rupturas epistemológicas na orientação e (re)produção dos conhecimentos históricos.

Essa seria uma prática intercultural de conhecimento, em que as epistemes se propõem a “pensar com” em vez de “pensar sobre”. Onde não há sujeitos e objetos, mas apenas sujeitos que estabelecem uma relação retroalimentar na composição do conhecimento (BOA; LIMA, 2017, p. 39).

Deste modo, exercícios colaborativos de pesquisa com povos indígenas tornam-se alternativas substanciais, dissidentes, à produção de conhecimento histórico através de arquivos e demais coleções culturais. Segundo expõe Cristóbal Gnecco (2012), no caso da Arqueologia, a participação ativa dos indígenas incorpora suas manifestações epistemológicas e críticas aos modelos vigentes, afastando-se de princípios disciplinares hegemônicos e suscitando sua abertura para possibilidades de ser/viver, conhecer e se relacionar nesses *outros* mundos. Desta maneira, busca-se “inserir e integrar diferentes perspectivas do passado no estudo e gestão do patrimônio” (GNECCO, 2012, p. 20), que possam desestabilizar certos cânones tradicionais da ciência moderna (eurocêntrica).

Se para a Arqueologia a revisão de condicionantes, como a escavação e a materialidade do passado (enterrado), como frisou Gnecco (2012), é crucial em suas novas propostas (in)disciplinares, no caso da História o esforço centra-se: no deslocamento epistêmico do historiador, na descentralização de seu ofício e no diálogo aberto e direto com os sujeitos sociais, aqui especificamente os indígenas, para interpretações conjuntas sobre os registros documentais. E além de provocar outras perspectivas de compreensão histórica, também contribui para a democratização da ciência e do acesso aos arquivos e coleções culturais.

Sobre isso, a restituição e usos do acervo do SPI pelos povos indígenas também serviria como munição importante em suas reivindicações e diálogos com a sociedade envolvente, a qual tem nos documentos armas legitimadoras de interesses e ações políticas. De posse deste patrimônio cultural, apropriam-se simbolicamente das informações contidas nele e dão sentidos próprios à

autoridade burocrática dessa documentação institucional/oficial, como pondera Flávio Silva (2018, p. 91-92) no caso dos Parintintin:

[...] levados ao entendimento de que suas práticas, suas memórias e seus referenciais têm uma fundamentação material importante que podem estar relacionados tanto ao espaço territorial no qual essa fundamentação se produz, como também aos documentos que representam formalmente, no contexto social no qual estão inseridos, partes do processo e dos instrumentos de produção das identidades e das tradições que justificam e são justificados pelo uso do seu território.

Logo, o acervo poderá servir como uma importante base de informações históricas aos indígenas, por exemplo, auxiliando os professores nas escolas. Todavia, o mesmo seria secundário. Afinal, as verdadeiras “bibliotecas” e “arquivos” indígenas já se encontram nas aldeias: são os mais velhos, os anciões, aqueles que acumularam um saber durante suas vidas, foram testemunhas do tempo e também aprenderam com seus velhos. Assim, ao passo que o acervo é reapropriado nas aldeias, deve-se promover também a valorização dos anciões como “guardiões” da memória e história local, sobretudo nas escolas indígenas.

Por isso hoje, em meio a pandemia do novo Coronavírus (SARS-CoV-2) (dez. 2019-atual) que tem se alastrado pelas aldeias e ceifado muitas vidas indígenas no Brasil, vemos o risco real de perda do patrimônio cultural para muitos povos. Cada ancião que falece é uma vida repleta de conhecimentos únicos que se perde; um conjunto de referências biossocioculturais importante para seus povos, em suas aldeias e territórios, e igualmente para todos nós.

Destarte, em meio a este caos pandêmico e ao descaso e ações necropolíticas do atual governo federal, cabe-nos pensar e repensar sobre nossa prática enquanto cientistas, e especificamente como historiadores “dos índios”: O que estamos produzindo como ciência? Por que escrever sobre tais assuntos,

com qual intuito? Para que(m) servirá efetivamente nossas pesquisas? Estamos realmente fazendo História Indígena, ou apenas produzindo mais narrativas eurocêntricas? Refletir sobre essas questões é demasiado importante, e urgente!

Nisso, as documentações arquivísticas (e aqui detidamente o acervo do SPI) se alocam em um novo escopo analítico, mais focado e engajado na garantia dos direitos indígenas e no entendimento crítico dos negacionismos e violências movimentados pelo Estado, ontem e hoje, em suas claras políticas anti-indígenas. Para tanto, é imperativo que se estabeleçam diálogos com os povos indígenas para melhor dimensionar essas experiências e (re)conhecer suas reivindicações e demandas históricas, estreitando as relações com os arquivos e o emprego das informações de modo prático. Assim, nessas leituras coletivas (e interculturais) do passado, evidenciado pelos documentos e memórias/narrativas, mensuramos a longevidade das lutas indígenas, suas estratégias e formas de resistência (e reexistência) que agenciam e dinamizam seus territórios, culturas e histórias.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BAO, Carlos Eduardo; LIMA, Natalia de Oliveira de. Lógica Histórica e Interculturalidade: um diálogo possível. **Tempo da Ciência**. Toledo, v. 24. n. 47, p. 26-44, 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/17904/11803>. Acesso em: 14 abr. 2019.

BELTRÃO, Jimena Felipe. Comunicação de Ciência: prática e necessidade de pesquisa. In: BELTRÃO, Jimena Felipe (Org.). **Pesquisa em comunicação de**

ciência na Amazônia Oriental Brasileira: a experiência recente no Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010. p. 9-15.

COSTA, Ana Victória Santos da. **“Doentios, maltrapilhos e amofinados”:** higienização, sanitarismo e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na 2ª Inspeção Regional do Pará (1939-1948). 2020. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Faculdade de História/Campus de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2020.

COSTA, Ana Victória Santos da; PONTE, Vanderlúcia da Silva. “Corpos em contato”: subalternização, resistência e o Serviço de Proteção aos Índios na 2ª Inspeção Regional (I.R 2). **Cadernos de Campo**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 200-224, 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i1p200-224>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/168333/161639>. Acesso em 10 jul. 2020.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma História Indígena. In: **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 9-24.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Por uma história indígena e do indigenismo. In: **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 127-134.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões:** os povos indígenas do rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra: ANPOCS, 1991.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI:** textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011.

GNECCO, Cristóbal. “Escavando” arqueologias alternativas. **Revista de Arqueologia**. Pelotas, v. 25, n. 2, p. 8-22, 2012. DOI: <http://doi.org/10.24885/sab.v25i2.352>. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/SAB/article/view/352/331>. Acesso em: 19 set. 2019.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Orgs.). **Arquivos pessoais:** reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 67-76.

KRENAK, Ailton. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 23-31.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, Thais Tavares; INDOLFO, Ana Celeste. Diagnóstico do arquivo institucional do Museu do Índio: base para construção de um programa de gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 371-397, 2017. Disponível em: http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2018/02/AGCRJ_revista_180201-1-45-67.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

MELLO, Rodrigo Piquet Saboia de. A importância dos arquivos para a garantia dos direitos indígenas. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1-2, p. 69-86, jan./dez. 2014. Disponível em: https://dadospdf.com/download/a-importancia-dos-arquivos-para-a-garantia-dos-direitos-indigenas-5a4bec22b7d7bcab67f7b75b_pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas. História e resistência dos índios. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A outra margem do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 237-249.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTES PEREZ, Carlos Alberto et al. A construção de instrumentos de pesquisa para a documentação do SPI e a busca de novas formas de acesso e diálogo. **Interethnic@ - Revista de Estudos em Relações Interétnicas**. Brasília, v. 6, n. 1, p. 48-60, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view/12312/10789>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. Centro de Documentação Etnológica da FUNAI. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 12-15, ago. 1979. Disponível em: http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83155/83155_349.pdf. Acesso em: 13 abr. 2018.

NDLOVU, Morgan. Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial. **Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/782/651>. Acesso em: 6 mar. 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2004, p. 13-42.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. Território, poderes tutelares e agências indígenas: análises preliminares sobre trânsitos, trocas e r-existências na fronteira Brasil-Guiana Francesa (1930-1945). **Revista História e Cultura**. Franca, v. 9, n. 1, p. 276-305, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.18223/hiscult.v9i1.3130>. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/3130/2747>. Acesso em: 9 jul. 2020.

RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. **Territórios e r-existências indígenas no nordeste paraense: o caso dos Tenetehar-Tembé (1930-1945)**. 2019. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Faculdade de História/Campus de Bragança, Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 23-71.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ana Paula. Arquivos: territórios indígenas. **Revista Mundaú**. Maceió, n. 3, p. 35-51, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistamundau/article/view/3522/3243>. Acesso em: 2 mar. 2020.

SILVA, Edson. O ensino de História Indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/48/38>. Acesso em: 22 abr. 2018.

SILVA, Flávio Leal da. Da doação à adoção: arquivos, memórias e cidadania indígena em contextos de apropriações diferenciadas. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 77-93, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/872/900>. Acesso em: 12 jan. 2019.

STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 207-236.

Fontes utilizadas

BRASIL. Extrato de Termo de Cooperação – Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Universidade Federal do Pará (UFPA). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 setembro 2017. Seção 3, p. 67. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/160601862/dou-secao-3-14-09-2017-pg-67>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Memorando n.º 87 – Relação dos postos indígenas sobre a jurisdição da 2ª Inspeção Regional do Pará**, 17 de novembro de 1958. Microfilme 132, fotogramas 582, 584 e 586.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Ofício Circular n.º 259**, 11 de novembro de 1939. Microfilme 86, fotogramas 960-965.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Ofício n.º 17, Relatório (encaminha)**, 31 de dezembro de 1965. Microfilme 150, fotogramas 120-129.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS. **Regulamento Interno**, 1935. Microfilme 380, Fotogramas 353-383.

Recebido em Setembro de 2020.

Aprovado em Outubro de 2020.